

# A ENTREVISTA COMO ACONTECIMENTO INTERACIONAL

## ABORDAGEM LINGÜÍSTICA E CONVERSACIONAL

*Lorenza Mondada*<sup>\*</sup>

### Resumo

A entrevista é uma técnica de coleta de dados amplamente praticada em ciências sociais, que se apóia sobre uma concepção referencial da linguagem, concebida como veículo mais ou menos transparente de informações. Este artigo propõe, ao contrário, uma concepção intersubjetiva e praxeológica da linguagem, que permite ver a entrevista como uma atividade interacional no curso da qual o pesquisador e seu informante produzem coletivamente descrições contextuais, constroem posições enunciativas, negociam modos de compreensão. O que está em jogo nesta reflexão é ao mesmo tempo uma explicitação de pressupostos teóricos, um olhar analítico sobre as atividades práticas dos pesquisadores e uma proposição de instrumentos lingüísticos e conversacionais para a análise da entrevista.

### Introdução

A utilização de métodos da lingüística e da análise da conversação permite enxergar a entrevista como um acontecimento comunicativo no qual os interlocutores, incluído o pesquisador, constroem coletivamente uma versão do mundo. Esta perspectiva é solidária com uma concepção do espaço social urbano que o considera como espaço dinâmico, constantemente reelaborado nas atividades e nos discursos dos atores.

---

<sup>\*</sup> Professora no Instituto de Lingüística da Universidade de Lausanne (UNIL).

Neste sentido, a entrevista não é simplesmente um instrumento neutro de pesquisa ou um método, entre outros, de coleta de dados, uma caixa preta cujo funcionamento seria óbvio e fora de questão. Pelo contrário, sua eficácia é profundamente ligada à concepção de linguagem e de discurso pressuposta não só durante a análise mas também no desenvolvimento mesmo do intercâmbio com o informante. É por isso que nos interrogamos sobre os pressupostos que fundam a escolha de uma metodologia e de uma análise, mostrando suas implicações em relação ao tipo de abordagem do espaço adotada.<sup>1</sup>

### **Alguns pressupostos: a entrevista como co-construção de um modelo público de mundo**

O sentido da entrevista muda consideravelmente conforme seja considerada como um meio de coletar, explicitar e estabilizar os conteúdos objetivos pelo controle da situação de enquete, ou como um acontecimento no desenvolvimento do qual o informante e o entrevistador negociam juntos, com fins práticos, as posições, os pontos de vista, as proposições contingentes sobre o mundo. No primeiro caso, a presença do entrevistador é sentida como um viés que é necessário reduzir ou eliminar; no segundo caso, essa presença é um aspecto constitutivo da interação em curso. Em outras palavras, no primeiro caso, os conteúdos obtidos são considerados como válidos em geral, podendo ser extraídos para serem usados como explicações, descrições de outras atividades em outros contextos; no segundo caso, considera-se que os dizeres coletados constroem sua própria inteligibilidade, ajustando-se ao contexto particular da entrevista e não podem, portanto, ser descontextualizados.

---

<sup>1</sup> As transcrições de entrevistas que analisamos fazem parte de duas pesquisas realizadas sobre o tema do espaço urbano com as quais colaboramos: uma tinha por objeto de estudo o bairro do Marais em Paris e foi dirigida por S. Ostrowetsky (Universidade de Amiens), cujo relatório final *Civilidade, Identidade, Urbanidade* foi apresentado ao Plano Urbano em 1992; a outra tinha por objeto de estudo dois bairros ameaçados pelos projetos urbanísticos em Lausanne e Genebra, dirigida por O. Söderström (Universidade de Lausanne), cujo relatório final *O passado composto. Política do patrimônio e administração conflitiva em três cidades suíças* (relatório nº 24 do PNR25) foi publicado pelo Fundo Nacional Suíço de Pesquisa Científica, 1994.

Estas duas concepções de entrevista derivam de pressupostos radicalmente opostos em relação à comunicação e às atividades lingüísticas.

A primeira é uma *concepção representacionista* do discurso, que o considera como um veículo neutro e transparente, cuja função primeira é a transmissão de informação: esta visão implica freqüentemente uma intencionalidade comunicativa do locutor e a partilha de um código como condição do bom funcionamento do discurso: a informação seria, então, primeiro codificada pelo locutor e em seguida decodificada simetricamente pelo seu interlocutor. Esta concepção aparece tanto nas metáforas da linguagem cotidiana (p.e.: “ele sabe como passar uma idéia”), quanto nas teorias científicas, explicitamente nas teorias “telegráficas” da comunicação, e freqüentemente aparece também implicitamente em numerosas enquetes pelas quais se fazem perguntas aos informantes com a finalidade de conhecer suas opiniões ou práticas.

Uma visão alternativa se baseia em uma *concepção interacional e praxeológica* do discurso, que o concebe como constitutivamente ligado às situações nas quais aparece como emergente no fio de um trabalho de negociação, de construção interativa, de elaboração coletiva, ordenando-se de maneira endógena no curso de sua realização prática (Garfinkel, 1967, cf. Heritage, 1992). Esta concepção auto-organizacional, inspirada na etnometodologia, trata os objetos de discurso, as competências, os interlocutores, os contextos, como não pré-definidos ou dados a priori, mas como constituindo-se mutuamente e localmente. Esta concepção não se apóia no pressuposto de um mundo objetivo e estável, mas pressupõe, pelo contrário, uma intersubjetividade a ser ela mesma construída. Enquanto a primeira concepção tende a fazer do discurso um produto estabilizado, senão estático, a segunda o considera como um processo dinâmico.

A perspectiva interacional implica um deslocamento da atenção, não mais centrada na relação entre as palavras e as coisas, mas orientada para os processos intersubjetivos pelos quais se constrói uma versão pública do mundo. Esta perspectiva coloca radicalmente em questão a idéia de uma correspondência entre o discurso e sua referência presumida, chamando a atenção para os procedimentos de ajuste e de negociação produzidos entre os atores-interlocutores. Neste sentido, não é possível correlacionar os dizeres dos atores sociais a seus comportamentos, como se estes fossem correspondentes àqueles, como se coletar seus discursos, através das entrevistas, por exemplo, pudesse significar o mesmo que coletar informações, explicações, descrições de

suas ações. A partir de uma perspectiva interacional, os dizeres são tratados como ações: aquilo que se observa no contexto social é menos a língua do que as atividades lingüísticas. O estudo da interação dissolve a dualidade aparente entre linguagem e ação, entre dizer e fazer. Resulta disto uma unidade entre as atividades sociais e as maneiras de dar conta delas, que pode ser abordada destacando-se o fato de que estes dois aspectos são parte integrante um do outro, pois "aquilo que é fato pode ser organizado de tal forma que possa ser relatado e descrito" e "a descrição daquilo que as pessoas fazem (funciona) como parte integrante da organização do 'fazer' que é assim relatado e descrito" (Sharrock & Watson, 1990: 235). Não se pode separar descrição e ação, pois a descrição é sempre aquela que é necessário dar dentro desse contexto; não se pode desligar o discurso do contexto das atividades dentro das quais ele ocorre, porque ele se organiza a partir delas e, por sua vez, as organiza.

Neste quadro, torna-se difícil utilizar as descrições fornecidas pelos informantes dentro da situação de entrevista para relacioná-las a outras situações. As descrições dadas pelos informantes orientam-se para o quadro da atividade em curso, isto é, para a entrevista, e convergem para organizá-la e outorgar-lhe sua inteligibilidade. A descrição dentro da entrevista faz parte integrante do ordenamento auto-explicativo desta situação social. Da mesma forma, isto impede que o entrevistador retome por sua conta, dentro de sua própria argumentação, os dizeres dos informantes: ele se utilizará destes discursos como fontes nutrientes de seu próprio discurso. Assim, um enfoque alternativo sobre a entrevista como recurso metodológico consiste em tomar os dizeres dos informantes como objeto mesmo da enquete, o que significa que o objetivo da enquete não será mais o de explorar os conteúdos que emergem durante a aplicação do questionário, como se fossem argumentos para demonstrar, justificar, explicar as práticas ou o estado de coisas. Pelo contrário, obriga a estudar os procedimentos pelos quais os locutores levaram a bom termo a entrevista, produziram sua inteligibilidade, construíram um conjunto de posições coerentes, se ajustaram interacionalmente e tematicamente uns aos outros (Garfinkel, 1967, 32-33). Este enfoque leva a uma análise detalhada da entrevista como produto coletivo e sobretudo como um conjunto de processos dinâmicos e adequados ao contexto.

Feitas estas reflexões, podemos nos interrogar sobre os fundamentos metodológicos da utilização da entrevista. Com efeito, estes argumentos permitem justificar seu abandono para investigar outros modos de abordagem. Esta posição leva a privilegiar

sobretudo a observação de situações empíricas de interação e de co-construção de um mundo: é porque as atividades (não somente lingüísticas e discursivas) são constitutivamente ligadas a seu contexto, o qual elas, ao se organizarem, contribuem para elaborar, que devemos considerar as atividades observadas dentro de seus contextos "ecológicos". Esta é a tomada de posição da etnografia, que não se contenta em interrogar os informantes sobre suas práticas, mas observa estas práticas dentro de seu contexto "natural"; é também a tomada de posição da etnometodologia, que nos seus "estudos de trabalho" (Drew & Heritage, 1991) analisa, por exemplo, os modos de organização de situações de trabalho, tão diversas quanto as consultas recebidas por centros de urgência psiquiátrica, as deliberações do júri, as práticas concretas que constituem as atividades de um laboratório científico. Em relação ao espaço urbano, este enfoque consiste em observar como os pedestres regulam seu fluxo na rua (Lee & Watson, 1992; Quéré & Brezger, 1992), como os cegos analisam a espacialidade do seu meio para se deslocarem (Relieu, 1994), como as controvérsias urbanísticas (Söderström, no prelo) se manifestam nas reuniões de autoridades, nas reuniões de associações de moradores ou nas discussões no café, etc.

Porém, a utilização de entrevistas pode continuar fornecendo objetos de estudo, na medida em que ela se funde sobre uma análise da sua complexidade interacional, reconhecendo que ela é uma atividade social em si mesma, um intercâmbio comunicativo entre múltiplos interlocutores, que por sua modalidade própria preside o aparecimento de tal ou qual descrição. Alguns estudos atuais se desenvolvem neste sentido. Briggs (1986) se interroga sobre a maneira como o entrevistador trata (ou não trata) a competência comunicativa do falante nativo e as normas interacionais de sua cultura, as quais nunca são completamente compartilhadas; interroga-se, também, sobre a maneira como o entrevistador está aberto (ou fechado) às interrogações meta-comunicativas que exibem os processos interpretativos dos interlocutores, e que mostram as eventuais inconsistências e irrelevâncias das perguntas colocadas. Esta dimensão meta-comunicativa é raramente levantada pelas práticas e manuais de entrevista, pois estes se fundam freqüentemente em uma concepção *naïf* e não problematizada dos processos de intercompreensão, preferindo tentar controlar o máximo possível a formulação das perguntas e a gestão das respostas (formulando, por exemplo, perguntas não-ambíguas e não polissêmicas), antes de que provocar, em lugar da resposta prevista, uma outra

pergunta que refira às premissas do ato precedente, aos fundamentos da interação ou aos modos de realização interativa da significação (Suchmann & Jordan, 1990). Esta tentativa se baseia na idéia de que se conseguirmos controlar todos os parâmetros da interação, chegaremos então a respostas “verdadeiras” e “não-viesadas” pela presença de um interlocutor. Este controle apresenta-se de fato impossível, assim que reconhecemos a natureza irremediavelmente indexical dos usos de linguagem.

Estas questões adquirem maior importância quando consideramos o fato de que a entrevista tornou-se um instrumento importante de trabalho em diversas atividades sociais, além das de pesquisa, como por exemplo nos processos de avaliação e seleção dos candidatos para um posto de trabalho (as “job interviews”) ou para uma vaga em locais de formação; nas reportagens feitas com personalidades da atualidade nos noticiários (as “news interviews”); e mais abrangentemente, no desenvolvimento das interações que envolvem educadores, professores, médicos, psicólogos.

Contudo, o estudo detalhado da entrevista continua sendo pouco freqüente (cf. Brenner, 1981; Watson & Weinberg, 1982; Encrevé & de Fornel, 1983; Uhman, 1989; Perarek, 1994) e é raramente orientado de maneira a enriquecer os princípios teóricos da enquete (Mondada, 1991; Mondada & Söderström, 1993, 1994). Porém, é esta orientação que permite incorporar à análise da entrevista uma análise refletida sobre os modos de produção do saber nas ciências sociais, onde a entrevista é um dos meios mais utilizados de trabalho no campo. Esta análise refletida é paralela ao questionamento dos modos de escrita, dos dispositivos argumentativos, retóricos, discursivos, pelos quais as ciências humanas constroem seus objetos de saber e suas descrições do mundo (Clifford & Marcus, 1986; Kilani, 1994).

### **A entrevista como organização seqüencial de formas discursivas**

Os estudos de caso de entrevistas que apresentamos se sustentam ao mesmo tempo em uma abordagem conversacional e em uma análise lingüística. A primeira se inspira nos trabalhos conversacionais de origem etnometodológica (para uma apresentação geral, cf. Heritage, 1989; Bange, 1992; Clayman & Maynard, 1994); a segunda está ligada a uma abordagem enunciativa atenta às marcas deixadas pelos processos discursivos e cognitivos. Explicaremos brevemente nosso enfoque antes de abordar as análises de caso.

A entrevista, enquanto atividade interacional ordenada, organiza seu desenvolvimento temporal estruturando-se seqüencialmente, seja local ou globalmente. A coordenação local dos participantes se apóia em um dispositivo de turnos de fala, que assegura, através de certos procedimentos e em determinados pontos sistemáticos, a alternância dos locutores e a passagem da palavra de um ao outro (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1984). Contrariamente à conversação ordinária, onde os turnos de fala variam e não estão pré-fixados, na entrevista os turnos são pré-estabelecidos, organizando-se sobre a base da alternância entre as perguntas do entrevistador e as respostas do informante. O par pergunta/resposta (assim como os pares cumprimento/cumprimento, oferta/aceitação ou rejeição, elogio/aceitação ou rejeição, etc.) formam um “par adjacente” (Sacks & Schegloff, 1973); isto é, os dois turnos que se sucedem podem ser reconhecidos como sendo um a primeira parte, e o outro a segunda parte, de um par: o primeiro exerce um condicionamento sobre o segundo, projetando sobre a continuação uma implicação seqüencial, segundo um princípio de pertinência condicional que estabelece que, dada a primeira parte, pode ser esperada a segunda. A coordenação interacional não se limita, entretanto, aos movimentos entre os turnos, mas abrange também a construção mesma dos turnos: eles são elaborados, planejados, organizados sintaticamente, dentro de um movimento constante de ajuste ao interlocutor, a seu discurso e também a seu olhar e a seu corpo. Desta maneira, cada turno manifesta a interpretação que é feita do turno precedente, e projeta condicionamentos sobre o turno seguinte. Assim, a resposta é um produto interacional, sendo configurada pela pergunta e podendo por sua vez transformá-la retrospectivamente. Os pares adjacentes são um meio fundamental para assegurar um elo entre dois turnos de fala; em certas entrevistas, eles podem ainda se constituir como o único elo mínimo, pois, diferentemente do que ocorre na conversação ordinária, as perguntas colocadas pelo entrevistador não se seguem de uma pergunta recíproca do informante sobre o mesmo tema. Além disto, essas perguntas podem configurar-se tematicamente como uma ruptura em relação às perguntas precedentes - interditando, desta forma, que o informante volte sobre suas respostas e as reelabore. Como consequência disto, se produz organizacionalmente a objetivação da resposta, apresentada, assim, como tudo o que havia para dizer face àquela pergunta (Button, 1987).



Porém, as entrevistas não dirigidas buscam freqüentemente um elo entre as diferentes perguntas, recorrendo a outros modos de articulação, que se apóiam sobre uma continuidade temática, assegurada por procedimentos que não só permitem introduzir novos temas de forma legítima (Button & Casey, 1985), mas também passar de um tema a outro, ou transformar um tema em outro, etc. (Uhmman, 1989). O tratamento dado aos temas abordados é sensível à organização global da conversação, ao seu lugar dentro da estruturação da entrevista considerada como um todo, com um começo e um fim. Com efeito, a abertura da interação não almeja unicamente estabelecer contato, identificar os participantes e definir a situação, mas visa, também, explicitar o tema principal que motivou o encontro. Da mesma forma, o encerramento da interação é o lugar onde se organiza a orientação coordenada dos participantes em direção à conclusão do intercâmbio; i.e., em direção ao fim da alimentação contínua desse intercâmbio com novos temas. Para conseguir realizar o encerramento, o fecho é precedido de uma espécie de pré-encerramento, no qual é dada novamente a possibilidade de tratar temas possíveis que não tiveram, no entanto, a chance de ser mencionados até então (Sacks & Schegloff, 1973).

Prestar atenção à seqüencialidade permite definir um primeiro modo de observação dos processos em ação na interação. Um segundo modo de observação, paralelo ao primeiro, é constituído a partir dos traços lingüísticos deixados pelas operações discursivas. Este modo de observação implica uma análise fina dos fenômenos discursivos de superfície, da materialidade da palavra tal como ela se realiza empiricamente, com suas hesitações, suas rupturas, suas mudanças de construção sintática, suas retomadas, suas reformulações - fenômenos que para poder ser observados, requerem uma transcrição fina da gravação (Psathas & Anderson, 1990).

Assim, a análise da organização seqüencial e das marcas lingüístico-discursivas permitem precisar a maneira pela qual se constituem interativamente os objetos de discurso na entrevista. Efetivamente, os objetos de discurso - isto é, aquilo sobre o que versará a entrevista, aquilo que os participantes reconhecem como sendo o que organiza sua enunciação (Mondada, 1994) - são estabelecidos conjuntamente e em colaboração, e não podem, portanto, ser descritos pelos valores de verdade, que avaliam sua conformidade com as entidades ou as propriedades independentes do discurso que as diz. Pelo contrário, eles são descritos como estando ligados à maneira pela qual o locutor se



apropriada da língua na enunciação, aos ajustes interativos, às interdefinições da situação e ao seu desenvolvimento seqüencial no fio do discurso. Estes processos dinâmicos deixam traços lingüísticos no nível das marcas enunciativas, das tematizações, das reformulações e das correções, dos marcadores de estruturação do discurso, das modificações de traços semânticos pertinentes, dos formatos conversacionais escolhidos. É precisamente a instabilidade constitutiva dos objetos de discurso, consequência de sua indeterminação inicial e de sua adequação ao contexto, que aparece, assim, marcada, e é esta marcação que permite à análise revelar os processos em ação.

Compreender a entrevista como um acontecimento de colaboração, no curso do qual se elabora uma versão pública e intersubjetiva do mundo, significa não tanto tentar isolar os objetos de discurso, mas se debruçar sobre os procedimentos pelos quais os participantes os propõem ou impõem, os transformam, os ratificam ou os rejeitam. Isto é ainda mais importante quando se trata de objetos procedurais. Frequentemente as tentativas do entrevistador de enunciar uma forma de objeto de discurso estabilizada, aceita e compartilhada, fracassam diante das dinâmicas próprias à interação.

### **Estabelecimento e negociação das identidades, da atividade em curso e dos objetos de discurso na abertura da entrevista**

A entrevista constitui uma forma particular de interação, que deve ser estabelecida enquanto tal na especificidade de sua estrutura global, de seus modos de encadeamento seqüencial, das atividades e das identidades, que caracterizam, de forma diferenciada, os participantes. Mais do que dizer que estes aspectos são impostos abstratamente pelas normas do gênero, podemos nos interrogar sobre a maneira pela qual a entrevista se realiza prática e localmente, especialmente na seqüência de abertura. Por exemplo: Exemplo 1 (ciu.imru6-15):\*

6 E: *é bom / então ahm: não é ahm um questionário né é verdadeiramente ahm ahm assim no fio da conversação mas o que eu quero lhe pedir como eu lhe disse pelo telefone é ahm que me fale de sua vida aqui*

---

\* N. do E.: Ao final do texto constam as convenções da transcrição.

- 7 M: *minha vida aqui. no bairro*  
8 E: *ou seja no bairro né a a vida do bairro ahm quando o senhor chegou: mas em relação sempre um pouco a vida do do senhor mas em relação ao bairro\*  
9 M: *certo...ahm é um é um um ahm é é do bairro que o senhor quer que eu fale/*  
10 E: *é*  
11 M: *nê\ não de mim\*  
12 E: *e o senhor/ o senhor e o bairro*  
13 M: *eu e o bairro/*  
14 E: *é isso*  
15 M: *ah é complicado*

A abertura da entrevista está marcada pela intervenção do entrevistador, **E**, que realiza uma série de tarefas fundamentais. Sua introdução realiza uma categorização negativa da atividade em curso, explicitando que não é um questionário - caracterizado pelo tratamento dos objetos do discurso segundo uma grade pré-elaborada, organizada por uma seqüência fixa de perguntas-respostas, que provocam a assimetria e a especialização dos turnos de fala - e a aproxima de uma outra categoria de atividades, a conversação (*no fio da conversação* se refere à pluralidade de modos de organização seqüencial e temática). Portanto, depois desta formulação inicial, e através do conector *mas* que reajusta as conclusões possíveis da categorização precedente, **E** utiliza um tipo de solicitação de seu interlocutor que especifica a interação como entrevista: ele o interpela por um ato, a pergunta, que distribui as identidades de *eu* e do *tu* (*eu quero lhe pedir, que o senhor me fale*) de tal maneira que constrói o *tu* ao mesmo tempo como destinatário das perguntas e como produtor de um discurso destinado ao *eu*. Desta forma, se define um tipo de atividades e de categorias identitárias ligadas a esta atividade (Sacks, 1972); as duas estabelecendo, na prática e *in situ*, o acontecimento "entrevista", com expectativas, direitos e obrigações específicas para os participantes.

Além disso, a abertura é o lugar onde se propõe o objeto do discurso que organizará tematicamente toda a entrevista. Sua definição, assim como a compreensão e a ratificação pelo informante, é crucial para o bom andamento da interação como um todo.

Por outra parte, o prefácio de **E** relaciona explicitamente a categorização da atividade em curso com os condicionamentos impostos por ela ao significado de *falar de maneira tematicamente adequada*, dentro desse contexto. O desenvolvimento desta seqüência de abertura demonstra, entretanto, que a ratificação do objeto de discurso proposto não é às vezes tão simples quanto seria de se esperar, segundo a seqüência tipo: “formulação de **E** / ratificação da formulação por **M** / ratificação por **E**”. Com efeito, esta seqüência de abertura sofre uma expansão antes de chegar à dupla ratificação final (12-13 e 14-15). Esta expansão permite observar, nas reformulações sucessivas e nos processos de negociação da produção e recepção do objeto, a emergência da complexidade desse objeto de discurso, esboçado pelo entrevistador. Estes processos, em lugar de fixarem o objeto de discurso, o desestabilizam. A co-construção do objeto (Mondada, 1995) é entendida aqui no sentido de que cada expansão dá lugar a uma reelaboração comum: **M** retoma de **E** “*minha vida aqui*” (7), mas seu acréscimo “*no bairro*” desestabiliza de fato a ratificação, desencadeando uma nova formulação de **E**, “*a vida do bairro*” (8), retomada com uma expansão temporal (“*a vida do bairro quando o senhor chegou*”) e acompanhada de interrupções, hesitações, auto-correções, oscilando entre os pólos de *em relação à vida do senhor*” e “*em relação ao bairro*”.

Durante esta reformulação, aparece uma dificuldade que é ao mesmo tempo sintática e temática: como articular sobre o mesmo plano, sem relação hierárquica, duas entidades, o sujeito e o bairro, que aparecem geralmente subordinadas uma à outra (a localização é freqüentemente referência e não objeto de discurso, ela se limita a ter valor de circunstância, de plano de fundo contextual, em relação ao qual se destaca o sujeito como uma figura em primeiro plano). Esta dificuldade não é apontada somente pelos problemas de formulação de **E**, mas também por aquilo que **M** conserva desta formulação de **E**. Com efeito, **M** focaliza em suas ratificações uma ou outra destas entidades: a demanda de esclarecimento em 11 desestabiliza o acordo momentâneo conquistado em 9-10, e mostra a função contrastiva da construção dividida (colocar em evidência o *bairro* implica excluir o *eu* como objeto) tal como ela se constrói na interpretação de **M** manifestada na sua retomada em 11. É finalmente da coordenação sintática de duas entidades (12-13) que vai se impor e estabelecer o acordo entre as duas partes.

Através da negociação há, então, o desenvolvimento *in praesentia* de duas formas possíveis do objeto de discurso sobre o qual tratará a entrevista, cada uma se refletindo

sobre a seguinte, e reinterpretando a precedente. Sua elaboração coletiva acontece apesar da pergunta inicial que parece defini-la clara e unilateralmente. Através deste processo se manifestam as interpretações possíveis da configuração do objeto de discurso por parte do enunciador. A adequação da forma final não depende de uma idéia ou de uma intenção prévia, mas se constrói *in situ*, através do trabalho interacional comum. Aliás, ainda que haja no início um esquema interacional dominado pelo par adjacente pergunta/resposta, outros tipos de seqüências são possíveis, emergindo como recursos interacionais disponíveis para os participantes, condicionados mas não excluídos pelo tipo de interação.

A abertura é um lugar chave da entrevista para estabelecer as identidades, os objetos, as atividades, os formatos interativos, e tem, desta maneira, um efeito prospectivo sobre a entrevista que se vai realizar. O encerramento da entrevista não é menos importante, já que pode ter um efeito retrospectivo sobre a entrevista que aconteceu: é de fato ali que o acontecimento comunicacional pode ser glosado, comentado, avaliado pelos participantes; é ali também que a frase de pré-fechamento fornece aos informantes a ocasião de acrescentar elementos que não foram solicitados diretamente por uma pergunta do entrevistador, e que são susceptíveis de levar seja a um complemento, seja a uma reelaboração dos objetos de discurso tratados precedentemente - podendo transformá-los radicalmente pela sua posição seqüencial, na totalidade da entrevista (Mondada, 1991; Mondada & Söderström, 1994).

### **A emergência contextual de categorias**

A entrevista, entendida como um acontecimento que se organiza na coordenação dos interlocutores, e os objetos de discurso, considerados como entidades construídas pela interação, orientam a análise mais para a definição de procedimentos e de categorias que dêem conta da forma pela qual os locutores fazem inteligível seu discurso, do que para a utilização de grade, de categorias previamente elaboradas pelo pesquisador. Observar as atividades discursivas e descritivas dos locutores permite descobrir a maneira pela qual eles elaboram ou utilizam, com fins práticos, categorias cuja pertinência emerge, desta \*forma, contextualmente. Como apontava Sacks (1963), o problema não é fazer estatísticas dos mortos por suicídio e perguntar-se se elas correspondem à verdade, mas,

pelo contrário, consiste em interrogar-se previamente como os atores sociais, os policiais, os médicos legistas, a família, confrontados com uma morte, decidem que se tratou simplesmente de um suicídio: o problema é, portanto, descrever os dispositivos que permitem selecionar uma categoria pertinente entre muitas outras.

Os exemplos de mal-entendidos ocorridos no uso de questionários que servem de base para as entrevistas são ilustrativos do fato comum de não se levar em conta, na entrevista, as categorias que são próprias aos atores, projetando categorias do entrevistador sobre a situação. Assim, Suchman & Jordan (1990) citam uma entrevista realizada no quadro de uma enquete sobre o consumo de álcool, onde, em resposta a uma pergunta, o informante afirmava que ele consumia habitualmente um ou dois copos de vinho na janta, e em resposta a uma outra pergunta, o mesmo informante dizia não ter consumido bebidas alcoólicas durante os últimos sete meses. De fato, aquilo que a codificação das perguntas trata como uma inconsistência, ou como uma contradição, deriva de uma distinção feita pelo informante entre beber vinho e beber álcool forte, sendo que os dois casos não são categorizados e compatibilizados da mesma maneira por ele - distinção que não tinha sido prevista no questionário. Estes problemas podem se colocar mesmo no quadro de enquetes de tipo qualitativo e etnográfico: Hymes (1982) cita o caso de um questionário proposto a pais de alunos, que, à pergunta sobre se já tinham se encontrado com o coordenador da relação escola-comunidade, respondiam negativamente, pois para eles “encontrar-se” significava conhecê-lo e ter falado pessoalmente com ele, e não simplesmente ter sido apresentado formalmente. Nos termos do questionário, eles jamais tinham se encontrado com o coordenador; porém, nas conversações informais, eles mencionavam que já o tinham visto.

Trata-se, então, de descrever o contexto no qual emergem as categorias e os dispositivos de categorização a disposição dos locutores; isto para evitar considerar as divergências como contradições, estas últimas derivadas de uma visão referencial da linguagem, que mede a verdade dos enunciados em relação a uma situação exterior, que não leva em conta os contextos nos quais esses enunciados aparecem. O contexto não está pré-definido, mas se constitui reflexivamente na medida em que se desenvolve a interação (Schegloff, 1992), como mostra o exemplo seguinte:

## Exemplo 2 (pc.lseg29-42)

- 29G: *!...! então como bairro\ isso é legal bom é/ é bem é/ bem prático  
é/ não não ele está bem definido então né\*
- 30E: *é o centro/*
- 31G: *sim é o centro então*
- 32E: *para o senhor o senhor tem a impressão de estar no centro/*
- 33G: *é: é: claro é isso mesmo né\*
- 34E: *ahã ahã*
- 35G: *e aliás eu acho que há um outro bairro mais/ melhor que esse  
então\*
- 36E: *[ahã ahã*
- 37G: *[para ir a o centro então\ sistema de comunicação/ tudo isso  
está está bem definido [está bem localizado\*
- 38E: *[certo*
- 39Sra.G: *[isso é o hábito é o hábito\ nós ficamos assim tanto tempo aqui  
que que as crianças não querem ir embora [riso]*
- 40G: *é mas isso não quer dizer nada em relação à definição do  
centro né/*
- 41Sra.G: *mas é mas[*
- 42G: *[porque se nós por exemplo em lugar de viver aí a gente vivesse  
por exemplo 16 anos diante de Bellevaux/ mas a gente a gente  
vai estar contente lá mas isso não vai ser o centro da cidade\*

Pode-se observar aqui três variações da categoria de “centro da cidade”. Elas se encontram dentro de três dinâmicas distintas embora relacionadas: entre atos iniciativos (perguntas) e atos reativos (respostas); entre a introdução de uma categoria pelo entrevistador e sua utilização pelo informante; entre as diferentes orientações para o destinatário. No seio destas dinâmicas, a categoria “centro” é sucessivamente afirmada (G31), negada (G37) e re-especificada (G40) em relação à entidade espacial do “bairro”.

Em cada caso, há uma orientação interlocutiva diferente: nos dois primeiros casos, envolvendo o informante (G) e o entrevistador (E), que ocupa sucessivamente um papel

iniciativo; no terceiro caso, envolvendo (G) e sua mulher (Sra.G), excluindo o entrevistador. Por outra parte, no nível das auto-formulações e das hetero-formulações, a categoria “centro” é proposta no início pelo entrevistador, e só na seqüência é introduzida de maneira autônoma pelo informante, que desta forma, se apropria dela.

Nestes movimentos conversacionais, a unidade espacial do bairro é compreendida em relação a três configurações diferentes: enquanto no primeiro caso há uma qualificação positiva do bairro que é considerado em si, nos outros dois casos, o bairro é relacionado com outra unidade: central no segundo caso, periférica no terceiro caso. A categoria de centro aplicada ao bairro é variável segundo as relações estabelecidas: o bairro só, é um bom exemplo de centralidade; comparado com o centro por excelência, ele não é um exemplo tão bom, enquanto que comparado com a periferia, ele é novamente um exemplo pertinente. Esta categoria “centro”, da qual em geral se postula a evidência e que é, conseqüentemente, tratada como “dado”, torna-se assim problemática aos olhos de uma atitude que buscaria uma definição verdadeira para toda situação, independentemente dos contextos de sua utilização. Pelo contrário, ela não coloca nenhum problema se for considerada como sendo definida na prática, ao longo dos movimentos interacionais, nos quais ela é susceptível de adotar, a cada turno, sentidos diferentes (Mondada, 1996).

### **Negociação da interpretação e do direcionamento temático**

A estruturação do espaço, assim como sua categorização como “bairro”, “centro”, etc., não é dada em relação a estados de coisas, mas emerge de uma forma cuja descrição espacial é negociada no fio da entrevista. De acordo com a maneira como a seqüencialidade da interação se desenvolve, um descritor, um posicionamento ou um esclarecimento serão mantidos por mais tempo que outros.

Exemplo 3 (ciu.imru315-319)

1A: *hoje o bairro se compartimenta isto é que ele fica misturado mas ele está compartimentado há os homossexuais à noite os judeus durante o dia ahm há todo tipo de origens lá mas que não se freqüentam que andam quase tocando-se nas ruas*



- 2E: *os sefardies não visitam os ashkénazes/*  
3A: *se se se você tem a livraria do progresso que é um polonês [riso]*  
4E: *é claro*  
5A: *como a gente não há de fato enfim um judeu da europa central que é um verdadeiro de verdade bom que é lá que anda gabando -se pela rua com o especieiro com coisas etc. tudo isso isso se freqüente é mesmo mas ahm eu falo de dos não-judeus justamente que vêm e que a gente não vê eles estão lá eu soube de sua existência porque eu estava no 3° andar*

A e E propõem ambos uma partição do espaço do bairro, mas a realizam de forma diferente. Enquanto A(1) distingue múltiplas partes (opondo homossexuais a judeus), E(2) só mantém uma (os judeus), que ele considera, por sua vez, como um todo partido (os judeus se dividem em *sefardies* e *ashkénazes*). O problema é levantado pelo fato de que a afirmação de A, referindo à compartimentação das populações, se aplica ao conjunto que ele mesmo definiu, mas não ao conjunto referido por E. A está de acordo com E sobre o fato de que a partição efetuada por este último não corresponde a sua caracterização das relações sociais em I, mas se encontra ao mesmo tempo na situação de ter que retificar aquilo sobre o quê se sustenta sua própria caracterização. Ele deve, então, realizar duas operações, uma de acordo e outra de desacordo, que não podem ser feitas ao mesmo tempo. Se a primeira pode encadear-se imediatamente com o que diz E(3), a segunda deve re-introduzir os dados iniciais (pelo conector “mas”, que re-orienta a argumentação, e por um marcador metalingüístico “eu falo”) através de marcadores tanto mais explícitos quanto mais distante fique, por causa da sucessão de novos turnos, o turno de fala com o qual se reestabelece a conexão.

Este exemplo mostra ao mesmo tempo a dificuldade e os desafios (*enjeux*) da explicitação ou da contestação da compreensão. Demonstra a dificuldade do locutor para remontar o curso da temporalidade seqüencial da interação, para elaborar ou reestabelecer um elemento mal compreendido; exemplifica, também, a maneira pela qual os processos de compreensão emergem de forma observável na seqüencialidade da interação. Efetivamente, a compreensão não é um processo cognitivo abstrato que se desenvolve nos arcanos do espírito, e que seria conseqüentemente inacessível à

observação; é, pelo contrário, uma produção interacional que se manifesta notadamente no encadeamento pelo qual o locutor seguinte se apoia sobre os dizeres do locutor anterior, encadeamento que evidencia aquilo que é conservado dessa fala anterior. A compreensão, feita desta maneira publicamente disponível, pode ser tacitamente aceita, rejeitada ou reorientada, através de uma intervenção reparadora, como é o caso que analisamos. Estes procedimentos fazem visíveis as atividades de validação, controle e correção que o informante exerce sobre a atividade interpretativa *in situ* do entrevistador. No exemplo 3, esses procedimentos se aplicam aos fundamentos da descrição do espaço do informante e aos modos de categorização e de estruturação que ele propõe para o objeto investigado na entrevista.

As reações do informante fazem visíveis também os modos de categorização e de apreensão que, embora evidentes para o entrevistador, podem não sê-lo para o informante:

Exemplo 4 (ciu.pmr 460-467)

- 1E: *o senhor o senhor sente ahm . um habitante do Marais o senhor nasceu aí né*  
 2B: *nasci não não nasci [eu não nasci mas enfim*  
 3E: *[não não nasceu mas o senhor devia ter cinco seis anos*  
 4B: *dez anos\ dez anos\ a idade de dez anos*  
 5E: *dez anos no máximo dez onze anos*  
 6B: *dez onze anos sim é isso*  
 7E: *mas o senhor: é o seu bairro né/*  
 8E: *é é meu bairro sim é meu bairro\ e é sim*

A formulação inicial de **E** relaciona, dentro de um esquema estereotipado, o sentimento de pertencer a um lugar, pelo fato de ter nascido nele. Ele desencadeia, assim, a dificuldade de **B** para responder, obrigando-o, mais uma vez, a realizar um ato de fala duplo: negação e afirmação. Este ato complexo é realizado (3) pela separação do elemento negado, retomado e destacado, seguido do conector *mas enfim*, que visa responder, apesar de tudo, de forma afirmativa ao sentido da pergunta de **E**. **E** repete a mesma operação mas, pela sua imprecisão, desencadeia uma seqüência na qual se

explicita a data de chegada de **B** ao bairro. No fim dessa seqüência (em 7), **E** pode retomar a questão inicial, reorientando-a em relação aos dizeres precedentes através do conector *mas*. Um primeiro problema derivado deste tipo de refutação parcial da formulação de um objeto de discurso é o do condicionamento da linearidade e da seqüencialidade: efetivamente, a contestação de um elemento do enunciado inicial produz como efeito a atribuição de um estatuto de tema para esse enunciado no fio da conversação, fazendo assim com que seja problemática a retomada do tema inicial - sobretudo se a seqüência lateral mobilizou um espaço discursivo e de memória importantes. Um segundo problema, igualmente importante para a gestão da entrevista, é o da hierarquização dos objetos de discurso e dos seus possíveis derivados, investigados pelo entrevistador. Com efeito, a pergunta em 1 trata mais do sentimento de pertencer ao bairro e da relação com o lugar vivido, percebido e concebido pelo informante, do que sobre seu nascimento nesse lugar (este elemento é acrescentado de fora, como uma especificação para a pergunta em 1); porém, um questionamento sobre este último aspecto poderia ter levado a um outro desenvolvimento temático, tratando da biografia do informante e das circunstâncias de sua chegada ao bairro. É o objeto mesmo da entrevista que é aqui colocado em questão e negociado dentro das seqüências seguintes, as quais serão decididas coletivamente pelo entrevistador e pelo informante.

Segundo o tipo de entrevista, mais ou menos dirigida, o entrevistador recorre a procedimentos mais ou menos explícitos de controle e de guia dos objetos do discurso, abrangendo tanto sua introdução quanto sua interpretação. O entrevistador pode também marcar mais ou menos fortemente o objeto do discurso referido pela sua pergunta, e para identificá-lo e isolá-lo melhor, pode marcá-lo contrastivamente, para assim excluir outros objetos possíveis.

Exemplo 5 (ciu,igo 76-79)

- 1E: *o senhor conhecia o serviço era o pai do senhor*  
2B: *eu realizo esse serviço desde a idade de cinco anos*  
3E: *era o pai do senhor então era com o seu pai que o senhor aprendeu*  
4B: *eu eu aprendi sozinho aprendi no tapa como a gente diz*

Aqui há conflito entre o movimento esboçado pelo entrevistador **E** que, focalizando “o pai” através de uma construção dividida, tenta colocá-lo no centro do argumento, e o movimento de **B**, que responde centrando-se contrastivamente sobre si mesmo (*eu eu*). Desta maneira, um ignora o elemento marcado pelo outro.

Os procedimentos de marcação do objeto do discurso, assim como os retrocessos que remontam à seqüencialidade para especificar, retomar ou contestar uma formulação, e também as perguntas metalingüísticas e metacomunicativas, fazem parte das estratégias de controle daquilo que segue e daquilo que precede na interação.

### Movimentos seqüenciais e processos de tomada do espaço

As transcrições analisadas acima mostram a importância do desenvolvimento seqüencial das respostas do informante: é neste espaço conversacional que se elabora sua participação, que, por outro lado, nem sempre toma a forma de uma simples resposta. Daremos aqui um último exemplo, que trata da pergunta pela qual o entrevistador solicita explicitamente a um usuário que delimite seu bairro. As dificuldades suscitadas por esta pergunta deram lugar a uma longa seqüência que negocia a formulação e retarda a resposta. É precisamente dentro de uma seqüência deste tipo que as operações de organização da descrição, geralmente implícitas, se manifestam e são discutidas. Podemos dizer, então, que os problemas práticos provocados pela pergunta permitem observar o confronto entre diferentes modos descritivos, derivados de diferentes formas de racionalidade, que apesar de se apresentarem como incompatíveis, são negociados na e pela conversação.

Exemplo 6 (pc. 1sed 2-11):

- 1E: *se o senhor tivesse que delimitar o bairro para o senhor ahm o o Túnel o senhor diria que que ele começa onde e que ele termina onde\ enfim quais são os limites mais ou menos/*  
 2U: *como é que o senhor entende isso delimitar/*  
 3E: *em relação ao resto de Lausanne digamos/ enfim em relação a lá/*  
 4U: *o que eu penso do bairro em relação/ não\*

- 5E: *não como o senhor o:\ se fosse necessário delimitar o bairro pôr limites\*
- 6U: *ahã/*
- 7E: *dentro dentro da cidade do bairro do Túnel*
- 8U: *ah o bairro do Túnel bem minha opinião bom bem o bairro do Túnel\.[suspiro] o senhor sabe lá embaixo diante dele havia entradas que davam mais para o lado da Riponne que para o Túnel/*  
[...]
- 25E: *mas o senhor pode dizer: por exemplo que o senhor entra no seu bairro ou que o senhor sai dele/ não sei será por exemplo que em: para o a Mi- enfim o ex-Migros da rua Neuve o senhor já está fora do seu bairro/ ou então o senhor o senhor não pensa de jeito nenhum no bairro do senhor o senhor não fala assim/*
- 26U: *ahm digamos que eu eu falo de uma maneira diferente*
- 27E: *certo certo*
- 28U: *eu digo que a cidade de Lausanne ahm o centro da cidade/*
- 29E: *é*
- 30U: *eu digo que o centro chega até a Riponne\ a partir do momento que você está no alto da rua Haldimand/ que você está que você chega à Riponne ahm bem é o fim da cidade de Lausanne*
- 31E: *tá certo*
- 32U: *dai a partir disso está essa praça da Riponne que delimita\ então a partir do momento que você pega esta rua do Túnel é já a periferia\ [...] então é isso/ isso como eu delimito eu a a cidade de Lausanne/ isso já faz parte da periferia aqui*

A pergunta sobre a forma como o informante delimita o bairro é feita duas vezes: na primeira vez (1,3,5), ela dá lugar a reformulações múltiplas e a um esboço de resposta; na segunda vez (25), ela resulta em uma inversão dos dados iniciais. Os problemas iniciais de não-compreensão, seguidos de má-compreensão, revelam a falta de pertinência, para o

informante, da lógica de divisão utilizada pelo entrevistador, mesmo que essa lógica seja uma evidência para este.

O encadeamento pergunta/resposta é suspenso desde a primeira formulação da pergunta (1) que, no entanto, contém várias paráfrases dos termos empregados (“delimitar”), “começar/terminar”, “limites”). O informante responde à pergunta (2) através de uma outra pergunta, que exige uma explicitação do verbo *delimitar*. O próprio deste tipo de encadeamento é abrir uma seqüência lateral, que denominamos assim, porque ela obriga o interlocutor a suspender a ação em curso e a tomar como objeto um elemento do discurso precedente, identificado como fonte de dificuldades para a comunicação. Embora, através de sua pergunta, (2) o informante chame a atenção claramente para um obstáculo (o termo *delimitar* está em menção e não em uso), o entrevistador não identifica o problema da mesma maneira, e se limita a especificar os termos da pergunta (3), em lugar de respondê-la completamente. Esta retomada mostra que sua análise da dificuldade deriva de um horizonte de expectativas diferente, e que atribui a seu interlocutor uma competência diferente da que ele manifestou, entretanto, com a sua pergunta.

As dificuldades identificadas na seqüência lateral impõem ao entrevistador a necessidade de fazer sua pergunta sem que nela figure o verbo *delimitar* - verbo pertencente à racionalidade da gestão dos urbanistas, a qual o entrevistador tenta diferenciar daquela dos usuários da cidade. No entanto, ele utiliza essa mesma racionalidade urbanística para colocar a pergunta para o informante. Isto levanta um problema observável na pergunta em 5, que começa com uma hesitação deflagrada pelo fato de contornar o verbo (*como o senhor o:\*), que é, entretanto, retomado em seguida por um sinônimo. É precisamente a utilização de um sinônimo de *limites* (*fronteiras*), que permite um acordo aparente por parte do informante (6); ele não utiliza no início essa palavra, mas depois a retoma, porém sem integrá-la numa estrutura sintática completa (10).

Quando o informante responde (8), ele toma como termo de partida *o bairro do Túnel* e não a ação de *delimitar*, que está centrada no sujeito. Apesar de manifestar que compreendeu a pergunta, o informante não formula, porém, sua resposta, tomando a pergunta como um condicionamento. Ao contrário, mais adiante (32), o informante retomará o verbo *delimitar* em sua resposta definitiva, integrando-o em duas estruturas

sintáticas distintas. Há, deste modo, dois tipos de retomada do termo que colocam problemas, que implicam uma relação diferente com a solução proposta.

O informante retoma a pergunta inicial em 25, manifestando, assim, que ela não foi até então respondida de forma satisfatória. Podemos apontar numerosas transformações de sua maneira de falar, que permitiriam uma outra modalidade de resposta. Em primeiro lugar, não é a denominação de *bairro do Túnel* que é mantida, mas uma designação que se centra sobre o sujeito (*seu bairro*, 3 ocorrências). Por outro lado, o verbo cognitivo abstrato *delimitar* é abandonado, e a reformulação toma a forma de uma exemplificação, que faz referência às práticas cotidianas de utilização do espaço (E utiliza o par *entrar/sair* vs. os verbos *começar/terminar*, mais abstratos, usados em 1). Apresentando a tarefa como uma atividade descritiva, o entrevistador retoma uma dimensão já presente no início (1). Contudo, na passagem de uma formulação à outra, esta segunda formulação da pergunta trata agora não só do conteúdo visado (os limites), mas também das maneiras de exprimir esse conteúdo (*o senhor não fala assim*). Esta dupla referência permitirá ao informante operar uma reviravolta, fornecendo-lhe a chance de escolher entre um encadeamento sobre o dito e um encadeamento sobre o dizer, entre os objetos do discurso ou as maneiras de dizê-los.

As conseqüências desta abertura sobre diferentes formulações possíveis podem ser observadas na resposta do informante (26-32). Uma transformação se opera no seu estatuto e ele se afirma então como um verdadeiro sujeito enunciador: não só ele se apropria do seu dizer (*eu digo*), mas destaca igualmente seu papel de sujeito enunciador, tematizado por um deslocamento à direita do sintagma em que *eu* é o sujeito do verbo delimitar (*é isso/ isso como eu delimito eu a a a cidade*). Ele se converte, então, em um locutor por inteiro, não somente porque ele marca sua enunciação, mas também porque negocia os modos de articulação dos objetos de discurso, ao invés de aceitar que o entrevistador os imponha; esta negociação inclui as formas de falar, os pressupostos, as formas dos enunciados. A afirmação de sua forma de falar lhe permite transformar os dados da tarefa (*eu falo de uma maneira diferente*, 26). Por outro lado, essa passagem feita pelo verbo metalingüístico permite uma mudança do objeto de discurso: o informante introduz a *cidade de Lausanne*, da qual não se tinha falado até então, como o sujeito de seus enunciados e como ponto de referência sobre o qual se apoia sua estruturação do espaço. Dessa mesma forma, ele opera uma mudança da escala espacial.



Esta transformação afeta os objetos postos em relação pela ação de delimitar: passa-se dos *limites do bairro dentro da cidade* (segundo a formulação do entrevistador) para os *limites da cidade pelo bairro*. A perspectiva é completamente diferente: enquanto o entrevistador centra sua perspectiva sobre o bairro do informante, este descentra sua perspectiva sobre a cidade em sua globalidade. A denominação inicial do entrevistador, o Túnel, é abandonada e o papel de limite é dado a seu complemento, tornado pertinente através da descrição anterior, a rua Riponne. Por outro lado, enquanto a reformulação da questão do entrevistador (25) abandona o verbo *delimitar*, que colocava problemas, este reaparece na seqüência: é retomado pelo informante em 32, não mais em menção (como em 10, onde ele estava suspenso sem ser integrado em nenhuma frase), mas em uso, dentro de duas estruturas sintáticas diferentes (na primeira, um objeto delimita outro; na segunda, um sujeito opera a delimitação). Além disso, o verbo *delimitar* é retomado pondo em evidência o sujeito que afirma seu *savoir-faire* (*é isso/ isso como eu delimito eu a a a cidade de Lausanne*). O termo que anteriormente causava problemas é agora aqui utilizado com facilidade.

As dificuldades levantadas pela formulação da pergunta geram, dentro desta seqüência, uma negociação que exhibe sistemas de racionalidade diferentes: o informante consegue, apesar de utilizar o termo que figura na formulação da tarefa, apropriar-se dele e subvertê-lo. Esta possibilidade é dada pela passagem para o nível metadiscursivo, passagem que suspende as atividades em curso para problematizar seus pressupostos. A pergunta inicial do entrevistador produz, então, uma situação que, por provocar problemas práticos de comunicação, questiona e torna observável um conflito de racionalidades. Ela mostra, em primeiro lugar, como se torna manifesto o conflito, através de má-compreensão e mal-entendidos que desembocam em uma oposição. Em segundo lugar, ela mostra, também, como se confrontam e são resolvidas discursivamente lógicas irreduzíveis, cada uma podendo desenvolver o fio do discurso de uma maneira própria.

A oposição que destacamos aqui não trata somente das formas de falar, mas também das maneiras de se posicionar em relação ao espaço urbano; formas que remetem a dois modos diferentes de conceber esse espaço: a do especialista e a do usuário. Por um lado, há uma separação *a priori*, que refere a um traçado de limites sobre o mapa e que garante uma estabilidade ao bairro, do qual se trata. Por outro lado, há uma rejeição desta forma

de definição do bairro em benefício de uma pluralidade de definições, contextualmente elaboradas e motivadas pelas práticas urbanas passadas ou atuais. Essas duas modalidades podem ser observadas, porque põem em cena modos diferentes de estruturação discursiva do espaço, que não traduzem simplesmente pontos de vista distintos, mas que se referem a procedimentos específicos de organização de um espaço inteligível, até o ponto de poder, por exemplo, se materializar em projetos urbanísticos.

### Uma concepção dinâmica do espaço urbano

Insistimos anteriormente sobre a plasticidade dos objetos de discurso na entrevista, que se transformam seqüencialmente a partir de ajustes entre os interlocutores, de visões locais da interação, de sua adequação ao contexto que eles mesmos ajudam a configurar. Já apontamos as conseqüências disto tanto para unidades espaciais, como o *centro e o bairro*, quanto para os modos de organização do espaço, que não pré-existem à interação, mas são elaborados e reelaborados por ela. Quando a análise da entrevista leva em conta os movimentos conversacionais, ela permite localizar mais os processos dinâmicos de estruturação do que objetos estáveis. Se este é o funcionamento, em geral, de todos os objetos de discurso, o é ainda mais quando esses objetos tratam de espaços.

A eficácia específica das verbalizações reside no fato de que elas não só estruturam discursivamente o espaço, mas são, por sua vez, discursos estruturados pelo espaço. Isto permite passar do estudo de representações do espaço para o estudo dos espaços de representação (Mondada, 1994). A espacialidade é um recurso que permite organizar de maneira inteligível outros objetos além do espaço, como por exemplo, as relações sociais, as identidades, os valores culturais, o saber. Assim, as relações espaciais fazem parte dos recursos e dos procedimentos que os sujeitos têm para se apropriar e construir o mundo de maneira inteligível e provida de sentido.

O estudo da dinâmica lingüística e conversacional constitutiva dos objetos de discurso deriva de uma crítica à representação do espaço entendido como um duplo, reflexo, espelho ideal de uma materialidade - representação que pertence a um paradigma referencialista que leva à reificação do espaço. Podemos, com efeito, pensar as verbalizações do espaço como formas que exibem configurações possíveis do mundo, que não são determinadas por ele, mas que emergem no curso da enunciação, tomando

corpo nas atividades sociais em que esta enunciação está integrada. O espaço se modela segundo as atividades, em contexto de luta urbana, de evocação do passado, de animação da cidade, de especulação imobiliária, de planejamento sócio-urbano. A descrição espacial é parte constitutiva das circunstâncias que ela descreve, elaborando estas circunstâncias ao mesmo tempo em que é elaborada por elas. Esses processos têm sua própria eficácia reificante, produtora da materialidade dos espaços: é o caso, particularmente visível, do discurso performativo dos urbanistas, que fazem ser as cidades, que se transformam, desta maneira, de papel em cimento (Söderström, no prelo). Mas também é o caso, com suas modalidades próprias, de discursos sociais que constroem e desconstroem quotidianamente a cidade.

#### Convenções de transcrição usadas

O entrevistador aparece sempre designado pela letra **E**; os outros interlocutores são os informantes.

/ \ -	tom ascendente, descendente e constante, respectivamente.
. .. ...	pausas: curta, média, longa.
(5seg.)	pausa em segundos.
xxxxxx	segmento incompreensível.
[	encavalamento (sobreposição).
&	encadeamento rápido.
forṃ-fromage	palavras truncadas.
ah: bra:vo	alongamento da sílaba.
(riso)	comentários do transcritor.

Tradução: Mónica G. Zoppi - Fontana

## Résumé

L'entretien est une technique de recueil des données largement pratiquée en sciences sociales qui repose souvent sur une conception référentielle du langage, conçu comme véhicule plus ou moins transparent d'informations. Cet article propose au contraire une conception intersubjective et praxéologique du langage, qui permet d'approcher l'entretien comme une activité interactionnelle au cours de laquelle le chercheur et son informateur produisent collectivement des descriptions contextuelles, construisent des positions énonciatives, négocient des modes de compréhension. L'enjeu de cette réflexion est à la fois une explicitation de présupposés théoriques, un regard analytique sur les activités pratiques des chercheurs, et une proposition d'outils linguistiques et conversationnels pour l'analyse de l'entretien.

## BIBLIOGRAFIA

- Bange, P. (1992) *Analyse conversationnelle et théorie de l'action*. Paris, Hatier.
- Brenner, M. (1981) "Aspects of Conversational Structure in the Research Interview". In Werth, P., ed., *Conversation and Discourse*. London: Croom Helm.
- Briggs, C. L. (1986) *Learning How to Ask. A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Button, G. (1987) "Answers as Interactional Products: Two Sequential Practices Used in Interview". *Social Psychology Quarterly*, 50, 160-171.
- Button, G., Casey, N. (1985) "Topic Nomination and Topic Pursuit". *Human Studies*, 8, 3-55.
- Clayman, S. E., Maynard, D.W. (1994) "Ethnomethodology and Conversation Analysis". In P. Ten Have, G. Psathas, eds., *Situated Order*, Lanhan, MD: University Press of America, 1-37.
- Clifford, J., Marcus, G., eds. (1986) *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Drew, P., Heritage, J., eds. (1991) *Talk at Work*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Encrevé, P., Fornel, M. De (1983) "Le sens en pratique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, no 46, p. 3-30.
- Garfinkel, H. (1967) *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

- Heritage, J. (1989) "Current Developments in Conversation Analysis". In Roger, D., Bull, P., eds., *Conversation. An Interdisciplinary Perspective*, Clevedon: Multilingual Matters.
- Heritage, J. (1992) "L'ethnométhodologie: une approche procédurale de l'action et de la communication", *Réseaux*, 50, 89-131.
- Hymes, D. (1982) "What Is Ethnography?". In Gilmore, P., Glatthorn, A. A., eds., *Ethnography and Education*, Washington: Center for Applied Linguistics.
- Kilani, M. (1994) *L'Invention de l'autre. Essays sur le discours anthropologique*. Lausanne: Payot.
- Lee, J. R. E., Watson, D. R. (1992) "Regards et habitudes des passants. Les arrangements de visibilité de la locomotion". *Annales de la Recherche Urbaine*, 57-58, 100-109.
- Mondada, L. (1991) "Des espaces suspendus au fil du discours". In *La qualification sonore de l'espace urbain. Architecture et comportement / Architecture and Behavior*, vol. 7, no 1, 1991, 75-92.
- Mondada, L. (1994) *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours*. Thèse, Lausanne, Université de Lausanne (Institut de Linguistique).
- Mondada, L. (1995) "La construction interactionnelle des topics". In L. Mondada, éd., *Formes linguistiques et dynamiques interactionnelles. Cahiers de l'Institut de Linguistique et des Sciences du Langage*, 7, 1995, 111-135.
- Mondada, L. (1996) "La construction discursive des catégories". In D. Dubois, éd., *Actes du Colloque "Catégorisation, représentation des connaissances et systèmes symboliques"* (1992), Paris, 16-17 septembre, Paris: Kimé.
- Mondada, L., Söderström, O. (1993) "Lorsque les objets sont instables (I): Les faits culturels comme processus". *Géographie et Cultures*, 8, 83-100.
- Mondada, L., Söderström, O. (1994) "Lorsque les objets sont instables (II): Des espaces urbains en composition". *Géographie et Cultures*, 12, 87-108.
- Pekarek, S. (1994) *Gestion des rôles et comportement interactif verbal dans l'interview semi-directive de recherche*. *Arba (Acta Romanica Basiliensia)*, 2, Université de Bâle.
- Psathas, G., Anderson, T. (1990) "The 'Practices' of Transcription in Conversation Analysis". *Semiotica*, 78, 1/2, 75-100.

- Quéré, L., Brezger, D. (1992) "L'étrangeté mutuelle des passants. Le mode de coexistence du public urbain". *Annales de la Recherche Urbaine*, 57-58, 88-100.
- Relieu, M. (1994) "Les catégories dans l'action". *Raisons Pratiques*, 5, Paris: Editions de l'EHESS, 185-218.
- Sacks, H. (1963) "Sociological Description". *Berkeley Journal of Sociology*, 8, 1-16. [tr. Fr. "La description en sociologie", *Cahiers de Recherche Ethnométhodologique*, 1, juin 1993, 7-23].
- Sacks, H. (1972) "On the Analyzability of Stories by Children". In Gumperz, J., Dymes, D., eds., *Directions in Sociolinguistics*, New York: Holt, Rinehart and Winston, 325-345.
- Sacks, H., Schegloff, E., Jefferson, G. (1974) "A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation". *Language*, 50, 696-735.
- Sacks, H., Schegloff, E. A. (1973) "Opening up Closings". *Semiotica*, 8-3, 289-327.
- Schegloff, E. A. (1992) "In Another Context". In Duranti, A., Goodwin, C., eds., *Rethinking Context*, Cambridge: Cambridge University Press, 191-227.
- Sharrock, W., Watson, R. (1990) "L'unité du faire et du dire". In Pharo, P., Quéré, L., eds., *Les formes de l'action. Sémantique et sociologie*, Paris, Editions de l'EHESS, 227-253.
- Söderström, O. (1994) "The Moral Power of Representation: Trust, Rationality and Urban Conflict". In F. Farinelli, G. Olsson et D. Reichert, eds., *The Limits of Representation*, Munich: Accedo, 155-174.
- Söderström, O., À paraître dans, "Paper Cities. Visual Thinking in Urban Planning". *Oecumene*.
- Suchman, L., Jordan, B. (1990) "Interactional Troubles in Face-to-Face Survey Interviews". *American Statistical Association*, 85.
- Uhmann, S. (1989) "Interviewstil: Konversationelle Eigenschaften eines Sozialwissenschaftlichen Erhebungsinstruments". in V. Hinnenkamp, M. Selting, Hrgs., *Stil und Stilisierung. Arbeiten zur interpretativen Soziolinguistik*, Tübingen: Niemeyer, 125-164.
- Watson, D. R., Weinberg, T. S. (1982) "Interviews and the Interactional Construction of Accounts of Homosexual Identity". *Social Analysis*, 11.